

Espetacularização do vazamento de áudios pelo telejornalismo brasileiro: estratégias adotadas pelo Jornal Nacional na cobertura da conversa entre Romero Jucá e Sérgio Machado

Espectacularización del vaciamiento de audios por el periodismo de televisión brasileño: estrategias adoptadas por Jornal Nacional en la cobertura de la conversación entre Romero Jucá y Sérgio Machado

Spectacularization of audio leaks by Brazilian telejournalism: strategies adopted by Jornal Nacional in the coverage of the conversation between Romero Jucá and Sérgio Machado

Juliana Fernandes Teixeira

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia e em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior (Covilhã/Portugal). Atualmente, é pós-doutoranda na Universidade Federal do Piauí UFPI - Brasil
Contato: teixeira.juliana.rj@gmail.com

Denise Maria Moura da Silva Lopes

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Piauí – UFPI- Brasil
Contato: denisemariamoura@ufrj.br

Denise Freitas

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí – UFPI- Brasil
Contato– denisefreitas@hotmail.com

Jacqueline Lima Dourado

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ –Brasil
Contato: denisefreitas@hotmail.com

Resumo

O artigo analisa as estratégias utilizadas pelo Jornal Nacional (Rede Globo) para a divulgação da conversa entre Romero Jucá e Sérgio Machado antes do impeachment de Dilma Rousseff, levando em consideração as relações políticas e econômicas que estabelecem com os atores envolvidos. A partir da Economia Política da Comunicação foram sistematizadas nove categorias dessa cobertura: 1) alarmismo, 2) deslocamento do foco político, 3) tensionamento do episódio, 4) instabilidade política, 5) instantaneidade, 6) protagonismo do juiz Sérgio Moro, 7) dicotomia entre denunciismo e defesa dos “acusados”, 8) dependência textual e/ou documental, e 9) fontes secundárias (citação de outros meios de comunicação).

Palavras chave: Economia Política; Jornalismo; Mercantilização; Sociedade do espetáculo; Valores comerciais.

Resumen

El artículo analiza las estrategias del Jornal Nacional (Rede Globo) para difusión de la conversación entre Romero Jucá y Sérgio Machado antes del impeachment de Dilma Rousseff, teniendo en cuenta las relaciones políticas y económicas establecidas con los actores involucrados. A partir de la Economía Política de la Comunicación fueran sistematizadas nueve categorías: 1) alarmismo, 2) desplazamiento del foco político, 3) tensar el episodio, 4) inestabilidad política, 5) instantaneidad, 6) protagonismo del juez Sérgio Moro, 7) dicotomía entre denuncia y defensa de “acusados”, 8) dependencia textual y/o documental, y 9) fuentes secundarias (cita de otros medios de comunicación).

Palabras claves: Economía Política; Periodismo; Mercantilización; Sociedad del espectáculo; Valores comerciales.

Abstract

This article analyses the strategies used by Jornal Nacional (Globo Network) to disclose the conversation between Romero Jucá and Sérgio Machado before the impeachment of Dilma Rousseff, taking into account the economic and political relations established among them. Having Political Economy of Communication as basis it was systematized nine categories of this coverage: 1) alarmism, 2) displacement of political fact; 3) episode tensioning, 4) political instability; 5) instantaneity, 6) judge Sérgio Moro protagonism; 7) dichotomy between denunciation and defense of the accused, 8) textual and/or documentary dependence, and 9) secondary sources (quotation of other media).

Keywords: Political Economy, Journalism; Mercantilization; Society of the spectacle; Commercial values.

Introdução

No dia 23 de maio de 2016, o jornal Folha de S. Paulo divulgou a transcrição de uma conversa em que o senador Romero Jucá, então Ministro do Planejamento do governo interino de Michel Temer, discute com o ex-presidente da TransPetro Sérgio Machado, a constituição de um acordo nacional, incluindo o Supremo Tribunal Federal, para “botar o Michel”. Diante do contexto da conversa, anterior ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff (PT), sugere-se, portanto, que a estratégia seria a mudança de governo, a fim de “estancar essa sangria”, referindo-se à Operação Lava Jato.

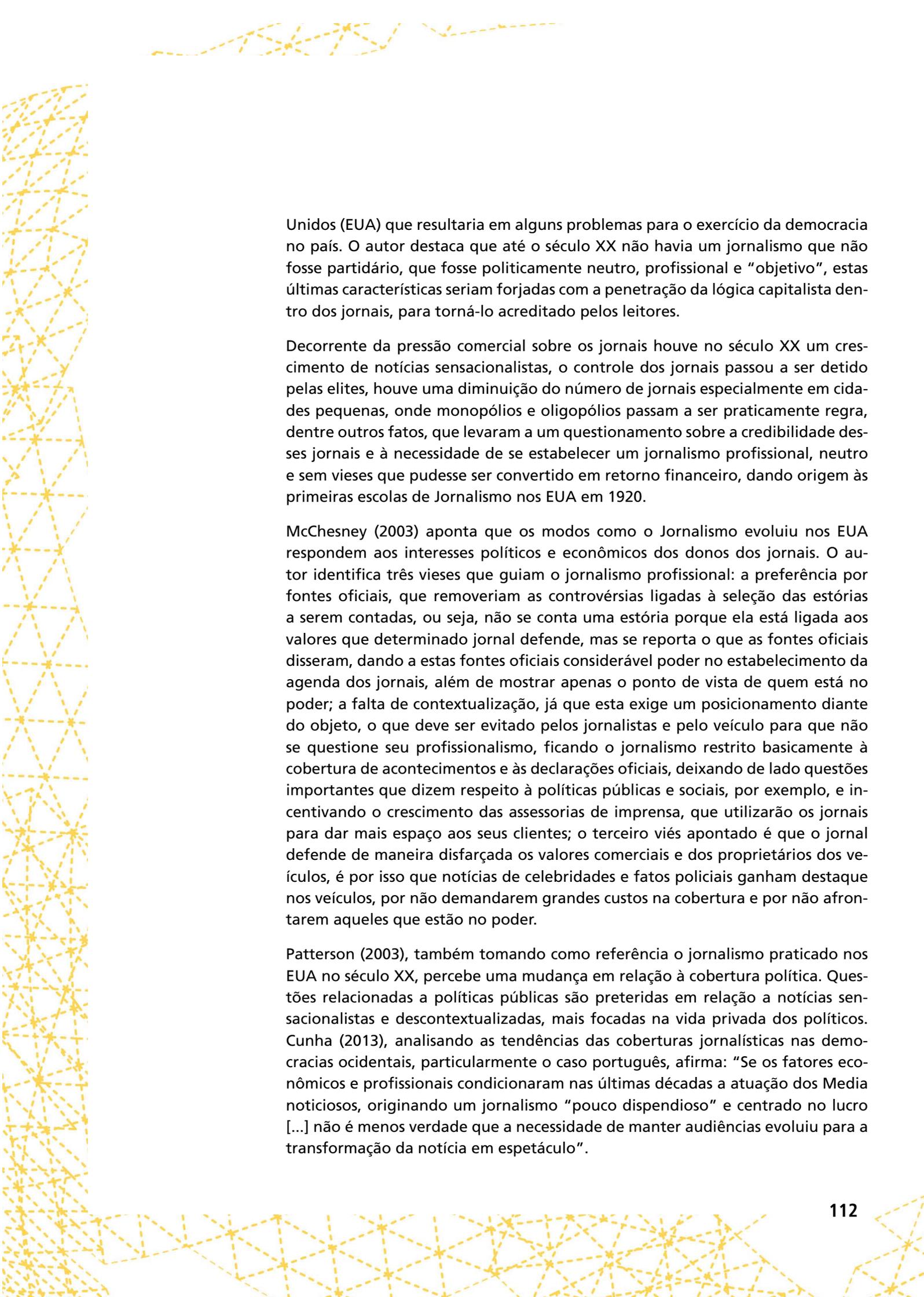
Diante de fato de tamanha repercussão, ocorre o pedido de licenciamento de Jucá e, posterior (mas ainda no mesmo dia), a exoneração do cargo de Ministro. A intenção no presente artigo é, portanto, observar como o telejornal de maior audiência do País, o Jornal Nacional (Rede Globo), noticiou o diálogo entre Jucá e Machado, problematizando o exercício da prática jornalística e a abordagem da emissora diante de vazamentos de áudios, práticas recorrentes e valorizadas especialmente após o início da Operação Lava Jato pela Polícia Federal.

A principal contribuição dessa proposta é analisar o modelo neoliberal de imprensa praticado no Brasil e sua influência no exercício da democracia, dando continuidade às pesquisas já empreendidas pelo grupo de pesquisa COMUM, que as autoras desse artigo integram. Um caso anterior, referente à quebra de sigilo das conversas telefônicas do ex-presidente Lula gravadas pela Polícia Federal, publicizadas em diversos meios de comunicação no dia 16 de março de 2016, foi analisado em pesquisa publicada na obra “Economia Política do Jornalismo” (Dourado, Lopes, Marques, 2016). A análise desse segundo caso Jucá/Machado torna-se, desse modo, especialmente relevante na medida em que pretende aprofundar estudos em andamento, visando a investigação da crise vivenciada pelo jornalismo em termos econômicos e éticos na contemporaneidade.

Referencial teórico

A análise desenvolvida tem como base teórica e metodológica a Economia Política da Comunicação no tocante aos processos de mercantilização dos produtos jornalísticos. Discutem-se os vieses que guiam o jornalismo profissional, resultado da influência do setor comercial na atividade jornalística, a espetacularização da notícia e a produção de conteúdos jornalísticos mercantilizados.

Em *“The Problem of Journalism: a political economic contribution to an explanation of the crisis in contemporary US journalism”* Robert McChesney (2003) faz uma análise das origens e limitações do jornalismo profissional destacando o ataque comercial sobre o jornalismo e a prática do jornalismo liberal nos Estados

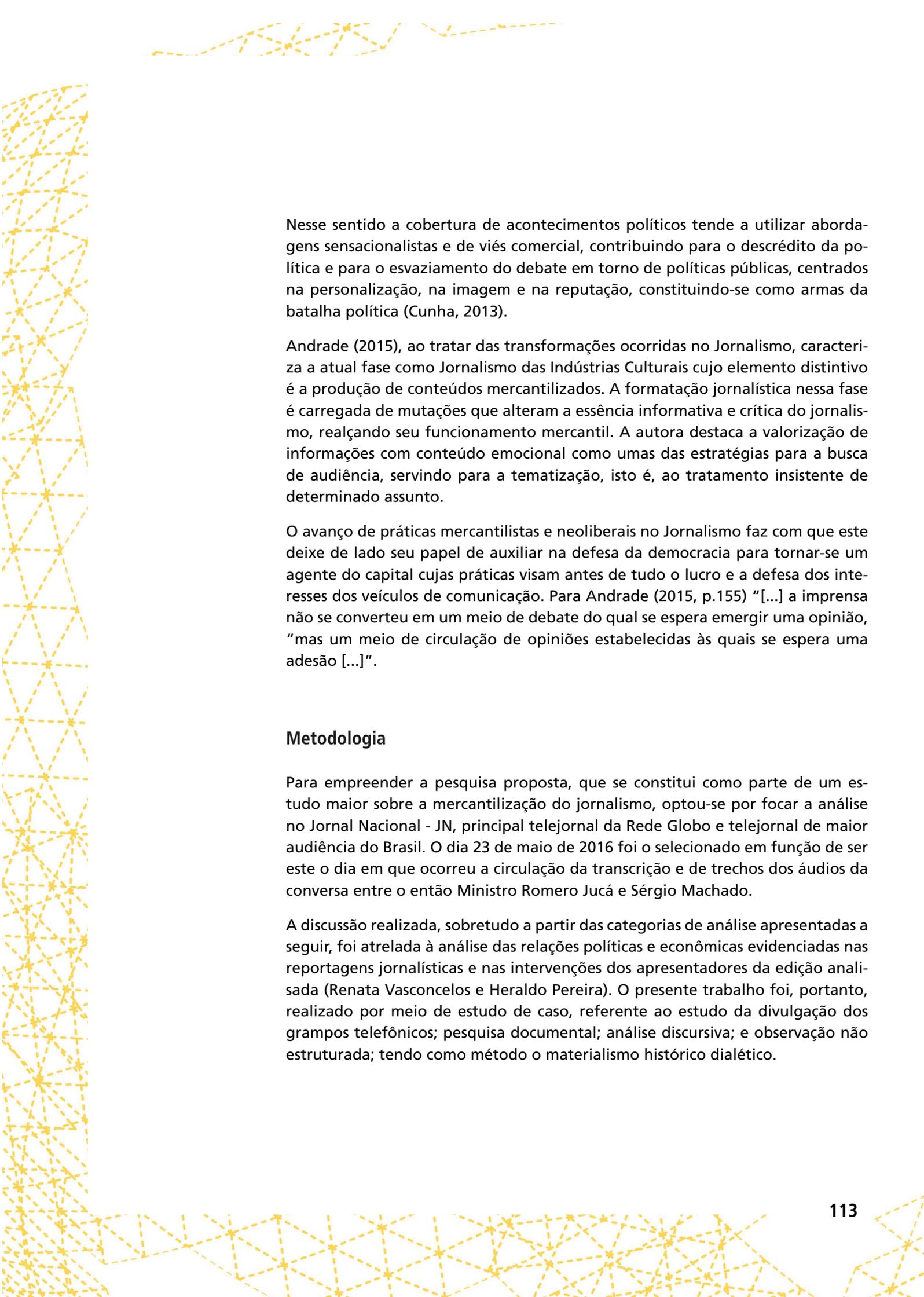


Unidos (EUA) que resultaria em alguns problemas para o exercício da democracia no país. O autor destaca que até o século XX não havia um jornalismo que não fosse partidário, que fosse politicamente neutro, profissional e “objetivo”, estas últimas características seriam forjadas com a penetração da lógica capitalista dentro dos jornais, para torná-lo acreditado pelos leitores.

Decorrente da pressão comercial sobre os jornais houve no século XX um crescimento de notícias sensacionalistas, o controle dos jornais passou a ser detido pelas elites, houve uma diminuição do número de jornais especialmente em cidades pequenas, onde monopólios e oligopólios passam a ser praticamente regra, dentre outros fatos, que levaram a um questionamento sobre a credibilidade desses jornais e à necessidade de se estabelecer um jornalismo profissional, neutro e sem vieses que pudesse ser convertido em retorno financeiro, dando origem às primeiras escolas de Jornalismo nos EUA em 1920.

McChesney (2003) aponta que os modos como o Jornalismo evoluiu nos EUA respondem aos interesses políticos e econômicos dos donos dos jornais. O autor identifica três vieses que guiam o jornalismo profissional: a preferência por fontes oficiais, que removeriam as controvérsias ligadas à seleção das histórias a serem contadas, ou seja, não se conta uma história porque ela está ligada aos valores que determinado jornal defende, mas se reporta o que as fontes oficiais disseram, dando a estas fontes oficiais considerável poder no estabelecimento da agenda dos jornais, além de mostrar apenas o ponto de vista de quem está no poder; a falta de contextualização, já que esta exige um posicionamento diante do objeto, o que deve ser evitado pelos jornalistas e pelo veículo para que não se questione seu profissionalismo, ficando o jornalismo restrito basicamente à cobertura de acontecimentos e às declarações oficiais, deixando de lado questões importantes que dizem respeito à políticas públicas e sociais, por exemplo, e incentivando o crescimento das assessorias de imprensa, que utilizarão os jornais para dar mais espaço aos seus clientes; o terceiro viés apontado é que o jornal defende de maneira disfarçada os valores comerciais e dos proprietários dos veículos, é por isso que notícias de celebridades e fatos policiais ganham destaque nos veículos, por não demandarem grandes custos na cobertura e por não afrontarem aqueles que estão no poder.

Patterson (2003), também tomando como referência o jornalismo praticado nos EUA no século XX, percebe uma mudança em relação à cobertura política. Questões relacionadas a políticas públicas são preteridas em relação a notícias sensacionalistas e descontextualizadas, mais focadas na vida privada dos políticos. Cunha (2013), analisando as tendências das coberturas jornalísticas nas democracias ocidentais, particularmente o caso português, afirma: “Se os fatores econômicos e profissionais condicionaram nas últimas décadas a atuação dos Media noticiosos, originando um jornalismo “pouco dispendioso” e centrado no lucro [...] não é menos verdade que a necessidade de manter audiências evoluiu para a transformação da notícia em espetáculo”.



Nesse sentido a cobertura de acontecimentos políticos tende a utilizar abordagens sensacionalistas e de viés comercial, contribuindo para o descrédito da política e para o esvaziamento do debate em torno de políticas públicas, centrados na personalização, na imagem e na reputação, constituindo-se como armas da batalha política (Cunha, 2013).

Andrade (2015), ao tratar das transformações ocorridas no Jornalismo, caracteriza a atual fase como Jornalismo das Indústrias Culturais cujo elemento distintivo é a produção de conteúdos mercantilizados. A formatação jornalística nessa fase é carregada de mutações que alteram a essência informativa e crítica do jornalismo, realçando seu funcionamento mercantil. A autora destaca a valorização de informações com conteúdo emocional como umas das estratégias para a busca de audiência, servindo para a tematização, isto é, ao tratamento insistente de determinado assunto.

O avanço de práticas mercantilistas e neoliberais no Jornalismo faz com que este deixe de lado seu papel de auxiliar na defesa da democracia para tornar-se um agente do capital cujas práticas visam antes de tudo o lucro e a defesa dos interesses dos veículos de comunicação. Para Andrade (2015, p.155) “[...] a imprensa não se converteu em um meio de debate do qual se espera emergir uma opinião, “mas um meio de circulação de opiniões estabelecidas às quais se espera uma adesão [...]”.

Metodologia

Para empreender a pesquisa proposta, que se constitui como parte de um estudo maior sobre a mercantilização do jornalismo, optou-se por focar a análise no Jornal Nacional - JN, principal telejornal da Rede Globo e telejornal de maior audiência do Brasil. O dia 23 de maio de 2016 foi o selecionado em função de ser este o dia em que ocorreu a circulação da transcrição e de trechos dos áudios da conversa entre o então Ministro Romero Jucá e Sérgio Machado.

A discussão realizada, sobretudo a partir das categorias de análise apresentadas a seguir, foi atrelada à análise das relações políticas e econômicas evidenciadas nas reportagens jornalísticas e nas intervenções dos apresentadores da edição analisada (Renata Vasconcelos e Heraldo Pereira). O presente trabalho foi, portanto, realizado por meio de estudo de caso, referente ao estudo da divulgação dos grampos telefônicos; pesquisa documental; análise discursiva; e observação não estruturada; tendo como método o materialismo histórico dialético.

1 A nota é coberta por imagens de entrevistas de Romero Jucá, sendo algumas de arquivo, inclusive.

Categorias de análise

Entre as categorias identificadas ao longo do estudo que deu origem ao presente artigo, destacamos nove principais. São elas: 1) alarmismo, 2) deslocamento do foco político, 3) tensionamento do episódio, 4) instabilidade política, 5) instantaneidade, 6) protagonismo do juiz Sérgio Moro, 7) dicotomia entre denunciismo e defesa dos “acusados”, 8) dependência textual e/ou documental, e 9) fontes secundárias (citação de outros meios de comunicação).

Alarmismo

O exemplo mais emblemático da categoria aqui proposta está na veiculação de um boletim antes da exibição do telejornal em si, previsto para ir ao ar às 20h30. Em uma nota coberta¹ de pouco mais de um minuto (1'07”), a apresentadora Renata Vasconcelos noticia o pedido de licenciamento de Romero Jucá do cargo de Ministro do Planejamento.

Há a vinheta clássica de boletins urgentes da Rede Globo (com a denominação “Plantão”) no início e no final da nota, em que a apresentadora aparece sentada, atrás da bancada, conotando uma formalidade ainda mais expressiva ao conteúdo. O tom alarmista da cobertura do Jornal Nacional é sugerido, ainda, no encerramento, em que se menciona que “podemos voltar a qualquer momento” com novas informações. Um retorno que, de fato, não ocorre, evidenciando uma estratégia para que os telespectadores permaneçam ligados na programação do canal. Constata-se, portanto, alertas ao acompanhamento do noticiário, não necessariamente do fato político em si.

Deslocamento do foco político

Nota-se um enfoque, em toda a cobertura do Jornal Nacional (entre boletim extraordinário, escalada e reportagem principal sobre o caso), no licenciamento de Romero Jucá do cargo de Ministro do Planejamento. Ou seja, os áudios são apresentados como causa do licenciamento e não como o destaque de notícia principal, constituindo o lide. Tanto é assim que o título do vídeo no Globo Play, aplicativo da emissora no qual o Jornal Nacional é disponibilizado, é “Jucá anuncia licença após gravação sobre ‘estancar sangria’”.

Os áudios são reproduzidos e a matéria publicada pelo Jornal Folha de São Paulo é recirculada sem maiores investigações ou questionamentos acerca dos fatos. Nenhuma contextualização com os rumos da política e da democracia brasileira é feita. Numa metalinguagem, o principal telejornal do país reproduz a voz do maior jornal impresso do país. Outras fontes não são ouvidas e o principal conteúdo das gravações não é desdobrado como um acontecimento político. O único fato de relevância parece ser o afastamento do ministro.

Outro fator que aponta nesse sentido é que, embora haja uma introdução ao assunto no início do telejornal, a reportagem central do assunto é apenas a penúltima da edição daquele 23 de maio. Logo após, há outra reportagem sobre a repercussão dos áudios e, por fim, uma matéria sobre a aprovação de uma alteração da meta fiscal por Michel Temer (matéria essa, inclusive, com visão bastante técnica da economia brasileira).

Em outras palavras: a reportagem sobre esse assunto de tamanha relevância política não aparece nem na abertura, nem no encerramento do telejornal. Ainda que seja impossível negar a magnitude conferida ao assunto, abordado na matéria principal ao longo de 11 minutos e, na matéria dos desdobramentos, durante oito minutos. Apesar do tempo conferido, a cobertura é superficial, descontextualizada e afasta-se do fato político mais relevante daquele momento: o processo de impeachment de Dilma Rousseff.

Tensionamento do episódio

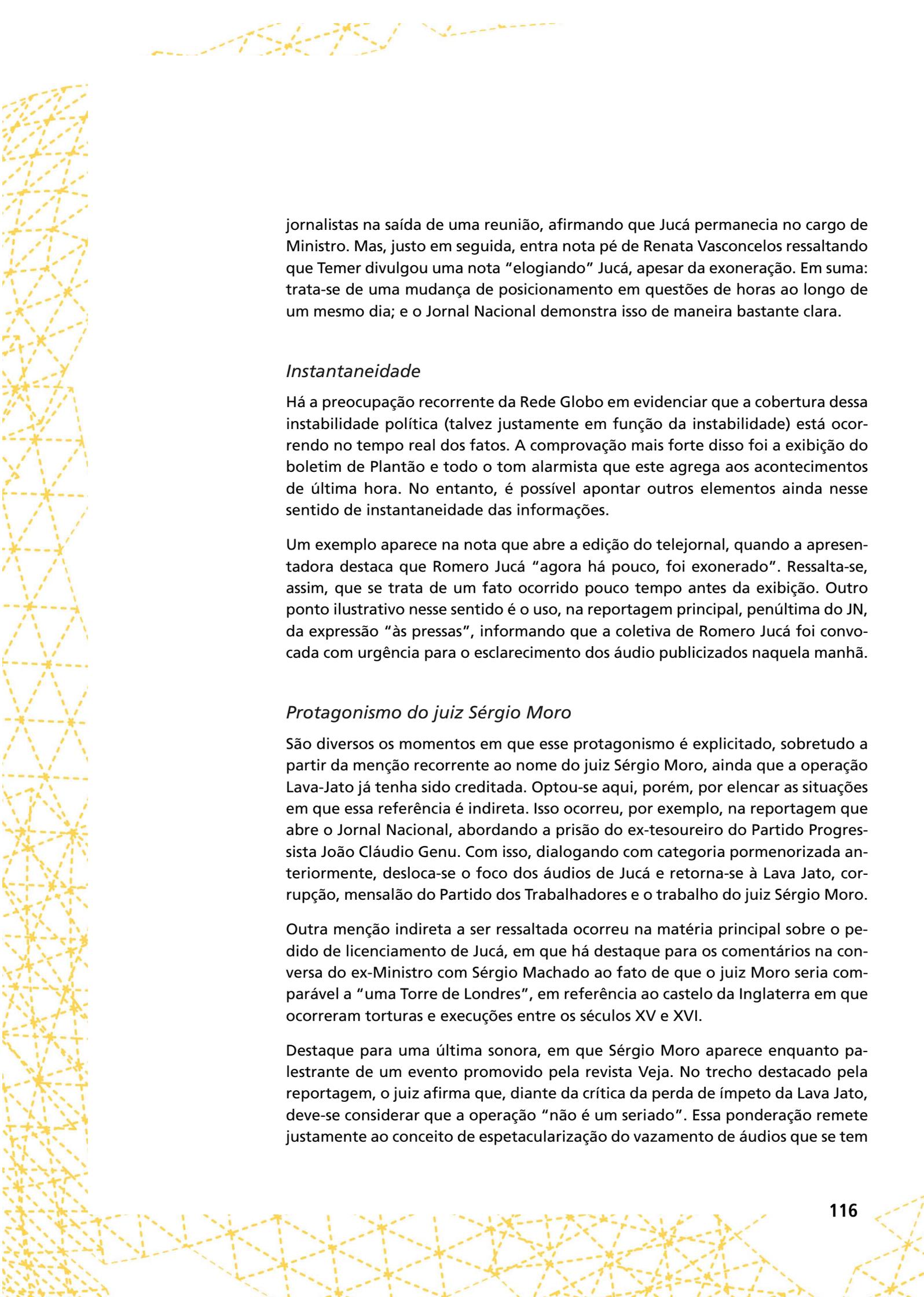
A cobertura do Jornal Nacional para o episódio Jucá/Machado tenta passar a ideia de tensão no governo, classificando o episódio como “a primeira crise política no governo Temer” logo no boletim informativo extraordinário. Além disso, o telejornal é iniciado com a afirmação de que “a semana começou com muita tensão em Brasília”, por meio das palavras de Renata Vasconcelos. Ao final dessa abertura do JN, por Heraldo Pereira, destaca, ainda: “Todas as informações dessa segunda-feira muito movimentada em Brasília, você vai ver nessa edição do Jornal Nacional”.

No entanto, não há um tensionamento do tema em si. Os movimentos de tensionamento são personalizados na figura do ministro que deixa o cargo e no governo. Não se tensiona as relações entre os agentes públicos e os movimentos políticos brasileiros em relação ao processo democrático brasileiro.

Instabilidade política

Uma constante da cobertura do Jornal Nacional é a ideia de instabilidade política do País, principalmente no que se refere às questões temporais de mudanças no governo. Isso fica evidente logo na nota de abertura do telejornal do dia 23 de maio de 2016, que destaca, logo em seus primeiros segundos: “menos de 15 dias depois da posse, Romero Jucá do PMDB anunciou que vai se licenciar do cargo de Ministro do Planejamento a partir de amanhã”. É possível destacar, ainda, a passagem da repórter Zileide Silva na segunda reportagem (sobre as repercussões do áudio) ressaltando que “hoje, com 12 dias de governo, Temer enfrentou sua primeira crise envolvendo denúncia contra um ministro”.

Porém, talvez, a instabilidade política seja reforçada de maneira mais veemente ao final dessa reportagem. Afinal, na matéria, é apresentada sonora de Temer aos



jornalistas na saída de uma reunião, afirmando que Jucá permanecia no cargo de Ministro. Mas, justo em seguida, entra nota pé de Renata Vasconcelos ressaltando que Temer divulgou uma nota “elogiando” Jucá, apesar da exoneração. Em suma: trata-se de uma mudança de posicionamento em questões de horas ao longo de um mesmo dia; e o Jornal Nacional demonstra isso de maneira bastante clara.

Instantaneidade

Há a preocupação recorrente da Rede Globo em evidenciar que a cobertura dessa instabilidade política (talvez justamente em função da instabilidade) está ocorrendo no tempo real dos fatos. A comprovação mais forte disso foi a exibição do boletim de Plantão e todo o tom alarmista que este agrega aos acontecimentos de última hora. No entanto, é possível apontar outros elementos ainda nesse sentido de instantaneidade das informações.

Um exemplo aparece na nota que abre a edição do telejornal, quando a apresentadora destaca que Romero Jucá “agora há pouco, foi exonerado”. Ressalta-se, assim, que se trata de um fato ocorrido pouco tempo antes da exibição. Outro ponto ilustrativo nesse sentido é o uso, na reportagem principal, penúltima do JN, da expressão “às pressas”, informando que a coletiva de Romero Jucá foi convocada com urgência para o esclarecimento dos áudio publicizados naquela manhã.

Protagonismo do juiz Sérgio Moro

São diversos os momentos em que esse protagonismo é explicitado, sobretudo a partir da menção recorrente ao nome do juiz Sérgio Moro, ainda que a operação Lava-Jato já tenha sido creditada. Optou-se aqui, porém, por elencar as situações em que essa referência é indireta. Isso ocorreu, por exemplo, na reportagem que abre o Jornal Nacional, abordando a prisão do ex-tesoureiro do Partido Progressista João Cláudio Genu. Com isso, dialogando com categoria pormenorizada anteriormente, desloca-se o foco dos áudios de Jucá e retorna-se à Lava Jato, corrupção, mensalão do Partido dos Trabalhadores e o trabalho do juiz Sérgio Moro.

Outra menção indireta a ser ressaltada ocorreu na matéria principal sobre o pedido de licenciamento de Jucá, em que há destaque para os comentários na conversa do ex-Ministro com Sérgio Machado ao fato de que o juiz Moro seria comparável a “uma Torre de Londres”, em referência ao castelo da Inglaterra em que ocorreram torturas e execuções entre os séculos XV e XVI.

Destaque para uma última sonora, em que Sérgio Moro aparece enquanto palestrante de um evento promovido pela revista Veja. No trecho destacado pela reportagem, o juiz afirma que, diante da crítica da perda de ímpeto da Lava Jato, deve-se considerar que a operação “não é um seriado”. Essa ponderação remete justamente ao conceito de espetacularização do vazamento de áudios que se tem

verificado em artigos anteriores. Porém, cabe aqui o questionamento: não foi o próprio juiz e sua equipe quem criaram essa lógica para a divulgação das informações obtidas por meio de investigações pretensamente sigilosas?

Dicotomia entre denunciismo e defesa dos “acusados”

Por mais que exista, por vezes, uma ideia equivocada por parte das organizações jornalísticas de que oferecer informações é realizar denúncias, essa confusão entre informar e denunciar é explicitada em situações como a analisada pela presente pesquisa. Prova disso é que, logo após todas as matérias relacionadas à política circuladas pela edição do Jornal Nacional estudada, há um espaço dedicado à defesa dos mencionados. Mas se não há acusação, por que tem que haver defesa?

Diante da abertura desse espaço, o próprio telejornal evidencia o caráter de denunciismo de suas reportagens. É claro que há sempre a perspectiva do jornalismo enquanto um lugar em que todos os lados precisam ser ouvidos, o que implica no direito de resposta de todas as partes. Mas, talvez, a maneira mais adequada de fazer isso não seja denunciar de modo superficial e depois dar o direito de defesa ao “acusado” em nota pé, muitas vezes já sumariamente apontado como condenado na matéria. A estratégia de oferecer direito de resposta a todos os envolvidos em nota pé dos apresentadores do telejornal, portanto, é utilizada em 100% dos casos, mas poderia ser flexibilizada, na medida em que já pressupõe, pelo seu próprio formato, uma relação de denúncia/defesa.

Dependência textual e/ou documental

Ao longo de toda a cobertura audiovisual referente ao vazamento de áudios por operações policiais, pelo menos no que foi analisado para o presente artigo (embora seja notória essa tendência também em coberturas anteriores semelhantes), observa-se uma dependência do elemento textual para a transmissão das informações ao telespectador. Tal constatação pode ser corroborada por ambas as figuras apresentadas a seguir, as quais ilustram dois recursos empregados de maneira recorrente nas reportagens do Jornal Nacional do dia 23 de maio de 2016.

O primeiro recurso (Figura 1) é a apresentação da página da Folha de S. Paulo daquela data, com destaque, em primeiro plano, para alguns trechos da matéria, devidamente narrados pelo repórter do JN. O segundo caso ilustrativo dessa categoria (Figura 2) diz respeito à transcrição em texto, na tela, dos áudios divulgados (posteriormente à circulação impressa, mas ainda naquela mesma tarde) pelo jornal paulista.

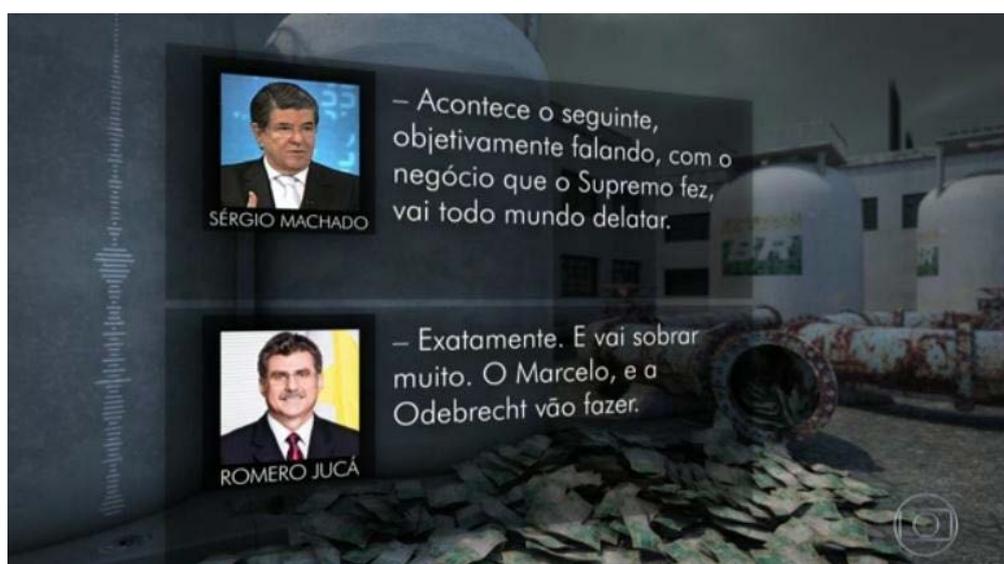
É verdade que o Jornal Nacional ressalta que a qualidade dos áudios não é a adequada, o que justifica e demanda, de fato, uma transcrição das falas de Romero Jucá e Sérgio Machado. Porém, é quase que inquestionável que, nesse tipo de cobertura,

acaba ocorrendo uma dependência expressiva de elementos textuais. Compreende-se que isso, na maioria das vezes, não é uma escolha do repórter, mas uma limitação, um constrangimento imposto pelo tipo de acontecimento, demasiado dependente de comprovações documentais. De qualquer forma, essa ausência de recursos propriamente audiovisuais é uma questão recorrente, a qual não era possível não considerar uma categoria comum a esse tipo de cobertura telejornalística.

Figura 1: Destaque para trecho de áudio transcrito em matéria da Folha de S. Paulo (23/maio/2016)



Figura 2: Transcrição do JN dos áudios liberados pela Folha de S. Paulo, posteriormente à publicação da matéria no suporte impresso (23/maio/2016)



Fontes secundárias (citação de outros meios de comunicação)

Como uma última categoria, não pode-se deixar de destacar o uso constante e já expresso em outros momentos do artigo de outras fontes para circulação das informações acerca do áudio vazado pelo Jornal Nacional. Logo no primeiro conteúdo veiculado sobre o assunto, o boletim do Plantão, há a referência de que as conversas foram divulgadas na manhã daquele 23 de maio pelo jornal Folha de S.Paulo. Na cabeça da matéria principal do telejornal em si, faz-se também questão de reafirmar, por diversas vezes, que os áudios foram divulgados pelo jornal paulista.

É possível argumentar que esta seria uma preocupação no sentido de creditar as informações ao meio de comunicação que as publicou originariamente; por outro lado, também pode ser observada uma tentativa de não se comprometer com as informações circuladas. Tanto que, menciona-se, bastante brevemente na reportagem do Jornal Nacional, o fato de que o jornal paulista não informou como obteve a gravação.

E, ainda, na reportagem que aborda a repercussão nos meios político e jurídico, é dedicado espaço significativo para uma palestra promovida pela revista Veja, com a participação do Ministro do STF Luís Roberto Barroso e do juiz Sérgio Moro. Esses fatores evidenciam a referência explícita a outros meios de comunicação, evidenciando um embasamento em fontes alternativas, mas que relega a segundo plano a notícia em primeira mão e as fontes primárias de informação.

Discussões

Em geral, observou-se o uso de estratégias semelhantes às identificadas em artigo anterior (LOPES; SÁ; DOURADO, 2016) acerca do vazamento de áudios: espetacularização do fato, divulgação descontextualizada dos áudios e de maneira secundária (em uma relação de causa-efeito para o licenciamento do cargo de Ministro do Planejamento), e personificações do problema na figura de Romero Jucá e do combate à corrupção na figura de Sérgio Moro. Há uma convergência, portanto, na construção de uma narrativa legitimadora de uma crise política e da instabilidade no cenário brasileiro.

Tanto que são escassos e pontuais os momentos em que se estabelece a relação entre esses áudios e o impeachment de Dilma Roussef, embora essa pareça ser a principal consequência para o País do acordo traçado entre Jucá e Machado na conversa publicizada. A inexistência de tal referência no boletim informativo de plantão corrobora essa percepção. A primeira menção ao impeachment ocorre apenas e brevemente na abertura do Jornal Nacional, informando que a conversa foi gravada antes da votação do afastamento da ex-presidenta; portanto, sem a reflexão devida sobre tal processo. O apresentador Heraldo Pereira, que lê esse trecho da

abertura, ressalta somente que o áudio “sugere que uma mudança de governo resultaria num pacto”, amenizando, dessa maneira, o termo *impeachment*.

Já na matéria principal do telejornal sobre o assunto, o *impeachment* é evidenciado enquanto afastamento, quando repórter salienta que a conversa foi gravada “antes da presidente Dilma Roussef ser afastada do cargo”. Essa classificação acontecer, apesar de trecho da matéria da Folha de S. Paulo transcrever trecho do áudio em que Jucá e Machado concordarem que “tem que ter impeachment”, explicitando que esse processo foi um acordo político. Cabe ressaltar, por fim, que Dilma Roussef só adquire voz na cobertura do Jornal Nacional em um breve posicionamento sobre o áudio e esse é o único momento em que “o caráter golpista” do denominado “pacto nacional” foi referenciado com esses termos.

Conclusões

É fundamental considerar, em acordo com autores contemporâneos como Stycer (2016), que o frenesi das notícias sobre recordes negativos de audiência do Jornal Nacional também impacta esse contexto. “Mas, se nestes novos tempos, a programação da emissora seguir, de fato, numa direção menos óbvia e até ousada, o espectador terá motivos para agradecer” (STYCER, 2016, p.45). Isso conduz à inferência de que as estratégias empregadas tenham sido, além de um artifício político, uma maneira de atrair e prender a audiência ao longo do telejornal.

No entanto, os aspectos mercadológicos relacionados à audiência não devem ser analisados isoladamente, tendo em vista que a linha editorial está atrelada a uma série de variáveis, o que justifica a investigação, por exemplo, da possibilidade de envolvimento político dos jornalistas. E, nesse caso, não consideramos apenas os apresentadores, que, em geral, são os mais acusados e visados. Porém, devemos levar em consideração toda a equipe do programa; afinal, é imprescindível a compreensão de que o telejornal que vai ao ar é um produto, resultante de um processo de produção que envolve múltiplos fatores, atores e circunstâncias sociais, econômicas e políticas (Alsina, 2009).

Nota-se que, assim como ocorreu nos áudios de Lula analisados anteriormente, o JN se transvestiu da função de promotor, dando entonação própria aos áudios de Jucá e direcionando o teor de algumas das conversas. A repercussão da denúncia constitui uma das armas mais eficazes na batalha política, capaz de minar o principal patrimônio dos políticos, centrado na personalização, na imagem e na reputação. Portanto, essa é também uma arma para neutralizar opositores e promover “acertos de contas” na arena política.

Outro fator, discutido por Camponez (2009), está nas questões de mercado, as quais não se pode ignorar em se tratando as organizações jornalísticas, de empresas

privadas e com interesses econômicos específicos. Questiona-se até que ponto o jornalismo pode e deve preservar os efeitos de mercado, evitando a transformação das informações em meras mercadorias, as quais são trocadas de acordo com interesses de determinados grupos sociais.

O tipo de cobertura analisado em artigo anterior (LOPES; SÁ; DOURADO, 2016) e aqui corroborado, de um modo geral, não oportuniza ao telespectador uma compreensão ampla do contexto, pois aponta para uma única solução, bem como personagens “culpados”. Tal espetacularização, além de acirrar o clima de tensão no País, esvazia a possibilidade de reflexão sobre os problemas sociais (entre os quais estão a corrupção) de uma maneira, de fato, significativa.

Referências

ALSINA, M. R - **A Construção da Notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009

ANDRADE, S. A - **Jornalismo em Mutação: estudo sobre a produção de conteúdo na fase do capitalismo avançado**. Teresina: EDUFPI, 2015.

CAMPONEZ, J. C - Fundamentos de Deontologia do Jornalismo: a auto-regulação frustrada dos jornalistas portugueses (1974-2007). **Dissertação de Doutorado** em Letras na área científica de Ciências da Comunicação, Universidade de Coimbra, 2009.

CUNHA, I. F. - Cobertura Jornalística da crise política e financeira e o “issue” corrupção política. **Brazilian Journalism Research**, 9(1), 18-37, 2013

DOURADO, J. L.; LOPES, D. M. M. S.; MARQUES, R. S. (Orgs.) - **Economia Política do Jornalismo: tendências, perspectivas e desenvolvimento regional**. Teresina: EDUFPI, 2016.

LOPES, D. M.; SÁ, C.; DOURADO, J. L. - Mercantilización de la noticia: Estrategias de emisoras nacionales y locales en la cobertura de las intervenciones telefónicas del ex presidente Lula en Brasil. **XIII Congreso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC)**. GT Economía Política de las Comunicaciones. México, 5-7/out, pp. 37-44, 2016

McCHESNEY, R. W. - The Problem of Journalism: a political economic contribution to an explanation of the crisis in contemporary US journalism (pp. 299-329). **Journalism Studies**, 4:3., 2003

PATTERSON, T. E. - Tendências do Jornalismo Contemporâneo: Estarão as notícias leves e o jornalismo crítico a enfraquecer a Democracia? **Revista media & Jornalismo**, 2, CIMJ, 19-47, 2003.

STYCER, M. - **Adeus, controle remoto: uma crônica do fim da tv como a conhecemos**. Porto Alegre: Arquipélago editorial, 2016